

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GUERREIRO, Antonio José Vallim . Antonio José Vallim Guerreiro (depoimento, 2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Antonio José Vallim Guerreiro
(depoimento, 2010)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Lucas Assis Nascimento; Matias Spektor; Tatiana Pedro do Coutto;

Levantamento de dados: Lucas Assis Nascimento; Tatiana Pedro do Coutto;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Lucas Assis Nascimento;

Técnico de gravação: Marcela Baptista Teixeira; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 06/01/2010 a 06/01/2010

Duração: 1h 50min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória Histórica e Estratégica da Energia Nuclear no Brasil”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV com financiamento da FINEP, entre setembro de 2009 e setembro de 2011. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da energia nuclear no Brasil. Serão realizadas 100 horas de entrevistas, que resultarão na construção dos originais de um livro. O entrevistado é relevante e estratégico na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Participou de negociações com a Argentina referentes à não proliferação de armas nucleares e de conversas com os EUA e em nível multilateral sobre não proliferação, desarmamento e segurança.

Temas: Barack Obama; Brasil; Conselho de Segurança da ONU; Energia nuclear; Estados Unidos da América; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Irã; Militares; Organização das Nações Unidas; Política nuclear; Programa Nuclear Brasileiro; Relações internacionais; Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); Urânio;

Sumário

Entrevista: 06/01/2010

Retorno de Paris a Brasília e convite para chefiar Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis; a ampliação da ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares) e implementação do Acordo Quadripartite no Brasil (1994); o Brasil e o Tratado de não Proliferação (TNP); a posição dos EUA; fatores de não adesão do Brasil ao acordo; o impacto da não adesão do ponto de vista técnico e político; a adesão da Argentina ao TNP em 1995; o impacto da conferência de revisão do TNP e pressão de potências nucleares para lograr um acordo permanente; os fatores para adesão do Brasil em 1998 – questão política; protocolo adicional e posição do Brasil; o Acordo Quadripartite e a questão do acesso às instalações de tecnologia nuclear; o custo político de não assinar o protocolo adicional; a chefia da divisão de “Temas especiais” em 1998: espaço, Antártica, meio ambiente; o Comitê Brasil-EUA sobre assuntos militares e de segurança (grupo informal): temas abordados e Iraque; o convite para Direção Geral do Depto. De Organismos Internacionais em 2001; o Brasil e a reforma da ONU; a comparação governos Fernando Henrique Cardoso e Lula em relação à ocupação de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; a mudança de posição do Brasil a partir de 2003; a chegada à AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) em 2006; estrutura e orçamento da AIEA; comentários sobre a AIEA e o TNP; percepção dos demais países face ao programa nuclear brasileiro; a relação Brasil-Irã no contexto da AIEA; percepção dos demais membros da agência; o Brasil e a possibilidade de um Irã nuclear no futuro; A relação Irã – EUA – AIEA e o governo Obama; o enriquecimento de urânio e o episódio de Resende (2004); a dimensão nuclear da política de defesa nacional brasileira; desdobramentos do TNP; os prognósticos para a conferência de revisão do TNP em maio de 2010; Brasil e a coalizão “Nova Agenda”.

1ª Entrevista: 06.01.2010

M.S. - Embaixador, vamos começar, então, com a sua nomeação para a Divisão de Desarmamento e Tecnologia Sensíveis. Como foi o convite, como é que foi feito o convite? Por que é que o senhor volta de Paris para Brasília?

A.G. - Isso são procedimentos da profissão, enfim, da... Em Paris eu era conselheiro político da embaixada e fui convidado para assumir a chefia dessa Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, que lida não só com temas nucleares, mas também com temas de armamento convencional e outras armas de destruição em massa, como armas químicas e armas biológicas, por exemplo. E eu assumi a divisão em um período de mudanças da política brasileira na área nuclear, particularmente. O Brasil, que durante muitos anos, enfim, foi contrário à ideia de ter salvaguardas abrangentes, no sentido de colocar sob supervisão internacional as suas atividades nucleares, com vistas a dar uma garantia de que não havia atividades que conduziram à produção da arma nuclear. Nesse período, em 1993, o Brasil já tinha o acordo bi-lateral com a Argentina e já estava negociando com a Agência Internacional de Energia Atômica a ampliação do acordo bi-lateral, que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares, a ampliação para um escopo global, isto é, o acordo de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica. Mesmo porque havia, já, quando foi negociado o acordo bi-lateral com a Argentina, a ideia de que ele se transformasse em um acordo que também incluísse a Agência Internacional de Energia Atômica, mesmo porque na época poderia haver a suspeita de um conluio entre os dois países. Aí, tanto o Brasil, quanto a Argentina, na época, viram que era importante dar à comunidade internacional a garantia. Isso só poderia ser feito por meio de um acordo de salvaguardas abrangentes com a Agência Internacional de Energia Atômica. Eu entrei nesse período exatamente, em que nós estávamos ultimando a preparação do chamado Acordo Quadripartite, que entrou em vigor em 1994.

M.S. - Agora, embaixador, porque fazer a adesão dessa maneira e não assinar o TNP?

A.G. - Essa foi uma questão muito discutida, porque a adesão ao TNP, do qual nós sempre tínhamos sido muito críticos, implicava não só o acordo de salvaguardas abrangentes sobre as atividades nucleares no Brasil, mas também uma posição política, o reconhecimento de que... O país que adere ao TNP reconhece que alguns países podem ter a arma nuclear e outros abrem mão dela e se submetem a um controle para a verificação desse compromisso. Por causa disso,

o Brasil optou por ter, digamos assim, um instrumento prático que os membros do TNP eram obrigados a ter - o acordo de salvaguardas abrangentes -, mas não assinar - assinar não, aderir, porque já estava em vigor - o TNP. E foi isso o que prevaleceu até a ideia de nós aderirmos ao TNP, o que aconteceu em 1998.

M.S. - Agora, em 1994, quando o Acordo Quadripartite começa a funcionar, já está claro que a Argentina está bastante avançada em direção ao TNP? A Argentina adere em 1995.

A.G. - Não, não está claro. Eles não nos consultaram e nem nos informaram bilateralmente. Eles não nos deram nenhuma informação prévia a respeito da adesão deles.

M.S. - Então, certamente a adesão deles foi um baque para o processo de cooperação nuclear entre os dois.

A.G. - Olha, digamos que causou surpresas. A adesão ao TNP, como eu disse, não... A partir de 1994, com a entrada em vigor do Acordo Quadripartite, todos os requisitos que o TNP exigia dos países não nuclearmente armados, nós já tínhamos cumprido, com a entrada em vigor do Acordo Quadripartite. Era apenas uma questão, como eu disse, política e simbólica de você reconhecer que você não podia ter um tipo de armamento que outros países poderiam ter. Cinco, no caso. Foi uma surpresa. Foi. Eu me lembro que eu estava na divisão, na época, e nessa ocasião pessoas ficaram irritadas. Eu propriamente não, porque na prática não tem muito significado. Não nos esqueçamos de que naquela época a Argentina estava no governo Menem e não poupava esforços para, enfim, aplicar a política do Escudé e do realismo periférico. E foi dentro desse contexto que eles aderiram ao TNP. Eu devo dizer que nós aderimos em 1998, porque o tipo de questão que nós nos colocávamos, digamos, entre 1994 e 1998 era: "Por que aderir, se nós já tínhamos cumprido os requisitos?" E, a partir de 1997, 1998 a questão que se colocou foi: "Por que não aderir?" Porque, o que acontece é que, até 1995, o número de países que eram partes no TNP era bem inferior ao número de países que em 1995, 1994 aderiram ao TNP. Por uma razão muito simples: em 1995 houve a conferência de exame, ou a *review conference* do TNP. O TNP estabelece que 25 anos depois de sua entrada em vigor haveria uma conferência que decidiria quanto à futura vigência do tratado. E muitos países, principalmente os cinco países, as cinco potências nucleares queriam que fosse o tratado estendido indefinidamente e essa decisão tinha que ser tomada por uma certa maioria, que não era apenas uma maioria simples, mas maioria dos Estados-Partes. Então, houve um movimento no sentido de induzir, ou de incentivar vários países que não eram parte do TNP a tornar-se parte do tratado. Então, se nós olharmos, digamos assim, os números, a curva, há um salto.

M.S. - Há uma progressão geométrica nesse período.

A.G. - E induzi-los para que votassem a favor da extensão indefinida. Portanto, a partir de 1995, o TNP tornou-se um instrumento de vigência indefinida, do qual, praticamente todos os Estados eram parte. Praticamente todos. Hoje em dia, se eu não em engano, é o tratado internacional que tem o maior número de países que são parte. Só há três que não são: Índia, Paquistão e Israel. E aí houve o convencimento da parte do governo brasileiro de que não faria sentido o Brasil ficar de fora, mesmo porque um dos elementos da barganha para a extensão indefinida do tratado foi que houvesse um mecanismo reforçado de exame do tratado. E nós achávamos que era importante que nós participássemos desse mecanismo, de modo que, ao invés de nos colocarmos a questão "por que aderir?", nós passamos a nos colocar a questão "por que não aderir?". E hoje em dia eu não tenho dúvida de que teria sido extremamente sem sentido se o Brasil hoje não fosse parte do TNP.

M.S. - Perfeito. Embaixador, tem um componente em toda essa narrativa, que é a questão das pressões americanas. Tradicionalmente, parte da resistência brasileira ao TNP, principalmente no fim da década de 1970, é muito vinculada a uma reação à pressão norte-americana por adesão do Brasil. Qual era a posição dos Estados Unidos em relação, especificamente, ao Acordo Quadripartite? Em princípio, eles achavam positiva essa evolução, mas havia pressões para além disso?

A.G. - Olha, o Acordo Quadripartite foi saudado na ocasião por toda a comunidade internacional como um passo extremamente positivo, inclusive pelo governo americano de então. Foi um trabalho que consumiu muita energia, tanto da parte da Argentina, quanto do Brasil e deu, na prática, todas as garantias que os países membros do TNP davam, à comunidade internacional, quanto aos usos pacíficos da energia nuclear. As pessoas sabiam, naturalmente, que o Brasil e a Argentina tinham programas nucleares relativamente avançados, inclusive em áreas ditas sensíveis, como enriquecimento, reprocessamento para obtenção de plutônio - na Argentina, no centro atômico de Ezeiza -, de modo que para a comunidade internacional, em particular para os Estados Unidos, que foi a pergunta que você me fez, o Acordo Quadripartite deu a garantia de que nós não estávamos mais tendo um programa que visasse ao armamento nuclear. Agora, é evidente que eles gostariam sempre que o Brasil fosse parte do TNP. Agora, pressões, propriamente, depois que nós tivemos o Quadripartite, eu não conheço. Eu conheço expressões de desejabilidade, mas pressões propriamente... Eu não colocaria nesses termos. Eu acho que, sim, havia... Nos faziam a pergunta: "Já que vocês têm,

por que não aderir?" E nós dizíamos que é uma questão política: "Nós não reconhecemos o direito de vocês terem algo que nós não temos." Não que hoje, com a adesão ao TNP, nós reconheçamos esse direito, porque o TNP, ele prevê no seu artigo sexto...

M.S. - O desarmamento.

A.G. - Digamos, negociações com vistas ao desarmamento, e essa é uma das pedras de toque dos nossos discursos dentro do TNP. O fato é que se você tivesse se mantido fora do tratado, você não teria nenhuma capacidade de influenciar os resultados dessas conferências de exame. Por exemplo, em 2000 houve uma conferência de exame do TNP, que logrou um resultado relativamente positivo, no sentido de que houve um acordo quanto à necessidade da vigência do tratado para a proibição de testes nucleares, enfim, essa necessidade do desarmamento e outras medidas. Bom, de modo que nós tivemos essa percepção de que era mais útil para o Brasil e mais condizente com a situação internacional criada, em que você tinha, digamos assim... O Brasil era um dos poucos países que não era parte do TNP e um país com atividades nucleares significativas. Houve essa percepção de que era mais útil estarmos lá dentro. E eu não tenho dúvida, hoje em dia, de que foi a decisão acertada, embora, na época, eu próprio fosse um pouco cético em relação ao TNP.

M.S. - Embaixador, qual era o grupo que desenvolveu essa percepção? Isto foi definido pelo presidente Fernando Henrique, junto com o seu chanceler, um grupo restrito? Isso fazia parte de conversas sistemáticas que vocês tinham no Itamaraty em determinado nível? De onde vem essa percepção? Porque é uma guinada importantíssima. São as mesmas pessoas que resistiam ao TNP que, depois, se transformam nos implementadores da adesão, com essa mudança de percepção, que está clara.

A.G. - A mudança ocorreu gradualmente. Quer dizer, a resistência maior era abrir as atividades nucleares para inspeções internacionais. Esse passo nós já tínhamos dado e já tínhamos ultrapassado essa etapa. A decisão foi tomada pelo Presidente da República, pelo Presidente Fernando Henrique e eu sei que ele... A iniciativa foi do ministro Lampreia. O Fernando Henrique convocou ministros, que teriam, digamos assim, interesse específico na questão, inclusive os ministros militares. Na época eu não me lembro se o Ministério da Defesa já tinha sido criado, ou não. Enfim, eu acho que ainda não.

M.S. - Ainda não. Ainda não.

A.G. - Eu acho que ainda não. Não tenho certeza. De modo que... E as nossas Forças Armadas desenvolvem atividades nucleares. Quer dizer, a Marinha, o enriquecimento. Enfim, a

Aeronáutica tem um projeto de enriquecimento a laser, em escala de laboratório ainda. Enfim, o Exército também, no Centro Tecnológico do Exército. Agora, as instalações militares já estavam sendo inspecionadas. Então, para, digamos assim, as Forças Armadas, era mais uma questão de política externa, do que outra coisa. Quer dizer, não afetava...

M.S. – Do ponto de vista técnico não havia...

A.G. - Do ponto de vista concreto, nada que eles já não estivessem fazendo. Então, foi uma decisão do Presidente da República, ouvidos os ministros relevantes, na época.

M.S. - Chegou como uma surpresa isso para o Itamaraty?

A.G. - Não. No Itamaraty, nós, enfim - como você sabe muito bem -, nós somos todos muito bem disciplinados. Foi uma decisão levada pelo... A proposta foi levada pelo ministro Lampraia ao Presidente Fernando Henrique. Foi feita a mensagem ao Congresso Nacional, aprovou e depois nós entregamos em Washington o instrumento de adesão. Os Estados Unidos são um dos países depositários, junto com, hoje, Rússia e o Reino Unido.

M.S. - O Brasil tirou ganhos específicos dessa adesão? Logo depois da adesão, a reação certamente da comunidade internacional foi positiva. Mas, isso se traduziu em algo em particular?

A.G. - Olha, esse tipo de pergunta é comum fazer-se. "O que é que o Brasil ganhou? Qual foi o ganho concreto?" Isso é muito difícil de quantificar. Muito difícil de quantificar. Se você me perguntar do ponto de vista concreto, em matéria de transferências para o Brasil de certo tipo de equipamento, eu acho que a minha percepção é que a entrada em vigor do Acordo Quadripartite teve uma importância muito maior, porque foi ele que deu a confiança da comunidade internacional dos usos pacíficos da energia nuclear aqui no Brasil. Agora, isso não quer dizer que a adesão ao TNP não tenha tido efeitos positivos em outra esfera...

M.S. - Intangível.

A.G. - Que é intangível, que é a participação do Brasil em todo o processo, a nossa capacidade relativa, que seja, de influenciar o mecanismo do TNP propriamente. Certo? Este ano nós teremos em maio uma conferência que espero que dê resultados positivos, e o Brasil tem participado das três reuniões do comitê preparatório de forma bastante ativa. E a nossa expectativa é que se consiga... Quer dizer, hoje em dia o Brasil é ouvido. Nós temos reuniões bilaterais com praticamente todos os países significativos nessa área, reuniões regulares de consulta, das quais, às vezes, eu participo. Quando eu estava em Brasília, eu participava muito e hoje em dia são os meus sucessores.

M.S. - Claro. Daqui a pouco a gente vai fazer uma série de perguntas para o senhor sobre essa revisão, agora, em 2010, que é interessantíssima. Mas, para fechar a década de 1990, o senhor acha que - fazendo um pensamento hipotético, brincando de história alternativa -, se o Presidente Collor não tivesse saído do poder antes do fim do mandato, o senhor acha que o Brasil teria aderido ao TNP antes, ou não havia...?

A.G. - Olha, é difícil responder a essa pergunta.

M.S. - Sem dúvida.

A.G. - Eu acho que não. Eu acho que não. Eu acho que o acordo bilateral com a Argentina já foi um passo extremamente significativo e esse tipo de decisão, ela tem que se sedimentar. Quer dizer, eu acho que a própria sociedade brasileira, os atores relevantes, teriam que, talvez, conviver um pouco mais de tempo com o primeiro passo significativo, que foi você ter, enfim, um inspetor estrangeiro, digamos, no *hall* das cascatas das centrífugas. Isso era impensável. Isso era a anátema.

L.N. - Eu acho que, talvez, uma amostra disso seja que o acordo foi assinado em dezembro de 1991 e é ratificado só em de 1994. Como é que foi esse clima, esse meio-tempo aí, em que o senhor assume o...?

A.G. - Não, quando eu assumi a divisão...

L.N. - Em 1993.

A.G. - ... o processo já estava... Nessa época, inclusive, eu me lembro que o ministro Celso Amorim, que era ministro do Itamar Franco, foi ao Congresso, falou... Eu me lembro que eu redigi...

L.N. - O Hans Blix veio aqui também, na época.

A.G. - Hans Blix veio aqui. Teve até, digamos, uma curiosidade: o Hans Blix veio aqui e naquela ocasião quem tinha sido escolhido para ser o ministro das Relações Exteriores era o José Aparecido, que tinha convidado o Celso Amorim para ser o secretário-geral do Itamaraty. Por problemas de saúde, o José Aparecido não pôde assumir e foi mandado para o cargo de embaixador em Lisboa. E não se sabia quem ia ser o ministro. O Celso Amorim estava na secretaria-geral, como ministro interino, recebendo o Hans Blix. Aí, enfim, o assessor dele cochicha algo no ouvido e ele diz assim, diz para o Hans Blix: "Com licença, é o Presidente da República, que quer falar comigo." Ele sai da sala, volta...

M.S. - Volta ministro.

A.G. - E aí comunica: "Pois é, eu acabei de ser informado pelo Presidente de que eu serei o ministro, de modo que não me trate mais como ministro interino."

[risos]

A.G. - Aí o Hans Blix o cumprimentou e daqui a pouco ele: "Eu acho que eu devo comunicar a minha mulher."

[risos]

A.G. - Enfim, isso é só uma anedota. Mas, enfim, aí aconteceu que... Não, nesse tipo de decisão sempre há pessoas que são contrárias, mesmo assim por razões ideológicas, enfim, por razões que não têm necessariamente a ver com a substância do que está sendo tratado. Mas, não foi das coisas mais controvertidas, a aprovação pelo Congresso Nacional do acordo Quadripartite. Eu diria... Quer dizer, a minha lembrança dessa época é que não foi... Embora houvesse uma pessoa aqui, outra acolá que fazia um *lobby* no Congresso Nacional, o fato é que o acordo bilateral com a Argentina já estava em vigor. Quer dizer, se os inspetores argentinos podem ter acesso às atividades que nós desenvolvemos, por que não deixamos inspetores de outras nacionalidades...? Por que não? Existe, inclusive, na própria Agência e na Abacc - a Agência Bilateral Brasil-Argentina - um código de confidencialidade muito estrito. Quer dizer, talvez não seja estrito o suficiente. De vez em quando há vazamento.

M.S. - Por que não estrito o suficiente?

A.G. - De vez em quando há vazamento. Eu acho que nenhuma empreitada humana é sem defeitos. Então, às vezes há um vazamento ou outro em relação ao país x ou y. Mas, sempre há um processo de identificação das fontes do vazamento, etc.

M.S. - O vazamento é sistemático? Sempre acontece de um lado, ou...?

A.G. - Não, não. Quer dizer, a gente pode dizer que de vez em quando. Os relatórios que o diretor-geral apresenta sobre, por exemplo, o Irã, supostamente são restritos aos Estados-membros. É um exemplo. E, no entanto, assim que ele é publicado está na imprensa.

M.S. - É claro. O que é natural.

A.G. - É claro.

L.N. - Com relação ao Acordo Quadripartite, no Itamaraty havia consenso, ou não? A polêmica era fora do Itamaraty?

A.G. - Olha, no Itamaraty, enfim, as pessoas tinham as suas... Eu próprio achava que era importante nós termos, não nos limitarmos apenas ao procedimento de inspeções bilaterais com a Argentina. Já que tínhamos este, nós tínhamos que ter o outro, que era absolutamente

universal, e no qual a comunidade internacional depositava total confiança. Deixou de depositar total confiança, digamos assim - se eu puder usar essa palavra -, depois da primeira Guerra do Golfo. Está certo? Aí houve todo um movimento impulsionado pelos Estados Unidos e outros países no sentido de adotar na Agência Atômica o chamado protocolo adicional em 1997. Certo? E, aí, com o objetivo de que não só as atividades declaradas pelo Estado fossem monitoradas com vistas à determinação de que não há desvio de material nuclear, mas também dar à agência as ferramentas no sentido de garantir de forma crível a ausência de atividades não declaradas.

M.S. - Agora, se esses são os termos do debate do protocolo adicional, como se explica a postura brasileira diante do protocolo?

A.G. - Olha, o que nós temos dito é o seguinte: "É que nós já demos todas as garantias exigidas pelo TNP." O protocolo adicional, ele não impõe obrigação adicional ao Estado que é parte do protocolo adicional. Está certo? Mas, nós temos que entender, acho eu, a percepção aqui no Brasil. O protocolo adicional nos obrigaria a dar à Agência acesso a lugares onde não há material nuclear. Por exemplo, as instalações onde se produzem as centrífugas que enriquecem urânio, onde não há um grama sequer de material nuclear. Mas, é onde se produzem as centrífugas que são usadas para o enriquecimento. Mas, no estágio de fabricação das centrífugas não há... Pelo Acordo Quadripartite, em que nós temos as salvaguardas abrangentes, os inspetores da Agência não são supostos a ter acesso. O protocolo adicional obrigaria o Estado a dar acesso aos inspetores a essas instalações. Agora, nós temos que ter isso para saber se o tamanho da instalação é condizente com a atividade de enriquecimento, ou se você está produzindo, digamos assim, se você tem uma instalação capaz de produzir um número muito maior de centrífugas do que aquelas que você declarou que está utilizando. Isso coloca certos problemas, porque nós começamos a desenvolver o programa de enriquecimento em um momento em que não se pensava em termos de salvaguardas abrangentes. Então, a própria configuração das instalações não se presta a você abri-las, sem de alguma forma revelar algum tipo de segredo industrial, tecnológico. Para ter o protocolo adicional em vigor no Brasil sem correr o risco de revelar algum tipo de segredo comercial, industrial, tecnológico, algumas instalações aqui no Brasil teriam de ser reconfiguradas. Isso é um óbice intransponível? Não, não é. Eu estou convencido, conversando com pessoas técnicas, que mesmo nas instalações atuais seria possível encontrar ou negociar com a Agência Atômica procedimentos práticos, prosaicos até, eu diria, que permitissem à Agência dizer: "Não, está tudo bem." Porém, sem

revelar. Isso é possível. Há países não nuclearmente armados que enriquecem urânio. Por exemplo: a Alemanha e a Holanda, que são os sócios do Reino Unido na Urenco. Está certo? E esses países negociaram com a Agência procedimentos que dão certo tipo de acesso aos inspetores da agência às instalações que produzem as centrífugas, mas é um acesso, como se diz, gerenciado. Permite à Agência de chegar a certa conclusão, mas não lhe permite ter acesso a segredos industriais que, evidentemente, ninguém revela. Embora exista o compromisso da confidencialidade, um sujeito que se aposenta da Agência, ele vai fazer outras coisas.

M.S. - Sem dúvida. Embaixador, no período de negociação com a Argentina, do acordo, não se colocou essa questão de acesso a esses lugares?

A.G. - Não, porque essa questão ainda não se colocou. Quando se negociou para o Quadipartite, não se tinha ideia ainda, para começar, de que o Iraque, depois da primeira Guerra do Golfo, estava levando a cabo atividades - que deveria ter informado à Agência e não o tinha feito - que estavam coladas nas atividades nucleares e os inspetores nunca tinham visto. E foi só a partir daí, da primeira Guerra do Golfo, foi só a partir daí que houve, digamos assim, a percepção de que era, digamos, útil e conveniente ter um instrumento que desse uma garantia crível quanto à ausência de atividades não declaradas. Eu participei das negociações do protocolo adicional e foi uma negociação muito difícil, muito difícil. O Hans Blix queria acesso a qualquer momento, a qualquer lugar. E isso, eu tive que dizer várias vezes, nas reuniões, que isso era absolutamente impensável e que, enfim, as pessoas tinham pelo menos direito à privacidade. Enfim, então, encontrou-se uma fórmula que tenta satisfazer um pouco a gregos e troianos. Os próprios países com uma indústria sofisticada, como por exemplo, a Alemanha, o Japão, a Coreia do Sul viam certos dispositivos do protocolo adicional com certa reticência. Por exemplo, obrigar a informar a ordem de grandeza, ou da capacidade de... Isso é um segredo absolutamente vital em qualquer área. Não só na nuclear. Em qualquer uma. Então, foi possível encontrar um texto que pudesse dar à Agência a possibilidade de oferecer uma garantia quanto à ausência de atividades não declaradas e, ao mesmo tempo, proteger o Estado no que diz respeito aos segredos industriais, enfim, tecnológicos, etc. Agora, se você fizer a pergunta, eu, hoje em dia, estou convencido de que a posição do governo brasileiro quanto ao protocolo adicional é uma posição mais política. Como eu disse, seria bom que se configurassem certas instalações aqui no Brasil. Agora, a minha percepção é que é uma questão mais política, do que outra coisa. Depois a gente fala sobre a estratégia nacional de defesa...

M.S. - Ótimo. Qual é o custo político que um país paga por estar fora do protocolo adicional?

A.G. - É difícil quantificar este custo político. Eu acho que o Brasil não está pagando preço político de espécie alguma. E, em certo momento, havia uma pressão, ou pedidos, melhor dizendo, para que o Brasil assinasse um protocolo adicional e o colocasse em vigor. Eu diria que as atenções da comunidade internacional em relação ao Brasil e à Argentina no que diz respeito ao protocolo adicional foram um pouco desviadas por conta do problema iraniano. Quer dizer, então, as atenções passaram a focalizar-se mais no problema iraniano. Digamos, ninguém suspeita que o Brasil tenha atividades não declaradas. Essa questão nunca se colocou. Ninguém, jamais, nos disse: "Nós temos a suspeita de que vocês não estão declarando tudo que deveriam ter declarado."

L.N. - Como é percebida a resistência brasileira na Agência Internacional?

A.G. - Eles entendem, porque o discurso que o Brasil apresenta é o seguinte: "Nós demos garantias críveis..." O protocolo adicional é um instrumento muito bom. É claro que o Estado, pelo TNP, pelos acordos de salvaguardas abrangentes, exigidos pelo TNP, ele tem que declarar todas as suas atividades declaráveis. Você não vai declarar que você está utilizando uma fonte de cobalto no hospital x, ou y. Não é isso. É o que se chama de material físsil, atividades relacionadas a material físsil e onde há material físsil presente sim. Quer dizer, ninguém desconfia que o Brasil tenha atividades que não declare. Agora, o discurso que eu defendo lá na Agência e que eu advogo é no sentido de que é um instrumento ótimo, ou muito bom. Poderia ser melhorado. Poderia ser melhorado. Não sei exatamente como, mas o fato é que o tipo de garantia que a Agência Atômica dá em relação ao material nuclear, propriamente, é uma garantia praticamente absoluta, porque ela mede alimentação, mede o produto, mede o rejeito. É uma contabilidade. O tipo de garantia que o protocolo adicional permite à Agência oferecer é de uma outra natureza, porque você provar o que não existe é muito mais difícil. Então, é o que se chama de *credible assurance*, uma garantia crível. Portanto, é muito menos absoluta. Aí eu digo: "Não, vamos em algum momento, no futuro, tentar tornar essa garantia crível em uma garantia o mais absoluta possível." Como? Isso vamos discutir no futuro. Agora, esse tipo de instrumento, ele deveria ser negociado e fazer parte integrante de um conjunto maior em uma convenção sobre armas nucleares, no sentido de que, quando houver, digamos assim, uma perspectiva temporal relativamente crível do desarmamento nuclear, aí, esse tipo de instrumento vigoraria não necessariamente simultaneamente, mas pelo menos para todo mundo, tendo um horizonte em que você saiba: "Não, eu sei que daqui a pouco..." Eu acho que isso as pessoas entendem. E, quando eu estou dizendo "não necessariamente simultaneidade",

no caso das armas químicas, por exemplo, os países que têm armas químicas... Quer dizer, nós não temos e somos inspecionados pela organização. E, no entanto, os países que têm armas químicas não conseguiram cumprir o prazo. Mas o prazo estava lá: 2012. Vai ser estendido, porque praticamente não há como acabar, de uma forma segura. Você não desmantela uma arma química no banheiro da sua casa, de modo que isso você tem que levar em conta. Mas, nós temos que ter uma perspectiva, porque, o fato é o seguinte: você quer que o protocolo adicional seja algo absolutamente universal para os países que não têm armas nucleares e que os países nuclearmente armados escolham apenas quais os dispositivos que querem ou não aplicar, isso é fazer pouco da gravidade da decisão que o Brasil tomou, um país de quase 200 milhões de habitantes em um território de 8 milhões e meio de km², de dizer: "Bom, eu abro mão de um tipo de arma, mas você pode tê-la." Você quer que um país como o Brasil assuma um compromisso, digamos, adicional é fazer pouco da gravidade dessa decisão. Essa é uma decisão extremamente grave e que deve ser considerada como tal pelos países que advogam a universalização, sem condições, do protocolo adicional.

M.S. - Agora, o senhor acredita que, para alguns desses países a decisão brasileira, grave como foi, possa ser reversível? Ou seja, há vozes no país que advogam abertamente contra o TNP e são vozes que ganharam força nos últimos anos, não é? No ano em que o Brasil aderiu ao TNP, a Índia, por exemplo, realizou cinco testes nucleares e o Paquistão realizou seis. E, pouco tempo depois... Bom, não pouco tempo depois, mas nove anos depois a Índia foi premiada pelos Estados Unidos com um acordo. Isso somente aumentou...

A.G. – Sem dúvida.

M.S - ...a legitimidade daqueles que advogam contra o TNP, que é um argumento comum, que a gente encontra na academia, encontra no próprio Itamaraty, nas Forças Armadas. O vice-presidente da República recentemente deu uma declaração dizendo que país que quer sentar às grandes mesas...

A.G. - Sem dúvida. Há vozes... Agora, eu interpreto as declarações, no sentido de que, bom, se for necessário, faremos a arma nuclear. Eu não tenho a menor dúvida de que 100% da população brasileira concorda com isso. Se for necessário, é obrigação do governo brasileiro fazê-lo. Se nós tivermos uma ameaça que só possa ser contida por meio da arma nuclear, é obrigação de qualquer governo brasileiro fazer a arma nuclear. É evidente. Ao fazê-lo, evidentemente, se essas condições vierem a ocorrer, se essa circunstância vier a ocorrer, o próprio tratado, o TNP prevê uma cláusula de denúncia, como qualquer tratado. Então, eu

interpreto essas manifestações um pouco mais como: "Não, se houver necessidade, sim." Eu não tenho a menor dúvida de que todo mundo concorda com isso. Se houver necessidade, se você estiver sendo ameaçado e você precisar da arma nuclear para conter essa ameaça, sim. Agora, esse é um cenário extremo. É um cenário absolutamente extremo, que eu espero que não se materialize. Então, eu acredito que é natural que haja vozes dentro do país que digam: "É injusto o tratado? É. Por que alguns podem e outros não podem?" Agora, o fato é que a comunidade internacional toda, com exceção de três países, é parte do tratado e seria esdrúxulo que o Brasil ficasse de fora.

M.S. - Seria como ficar fora das Nações Unidas, que também tem uma estrutura injusta.

A.G. - E a nossa circunstância mundial é diferente da circunstância da Índia, do Paquistão e de Israel. Levemos em conta isso também. Então, é compreensível que um país como a Índia, como o Paquistão e como Israel não sejam parte do TNP. O Brasil seria uma coisa muito esdrúxula. Não que seria injustificável, porque justificável... Você encontra justificção para tudo. Mas seria esdrúxulo, pelo menos, um país do tamanho do Brasil, da importância do Brasil não querer, digamos assim, participar dos mecanismos de discussão das questões nucleares que acontecem nos mecanismos do próprio TNP. Quer dizer, esse mecanismo reforçado de exame do TNP, que foi criado em 1995, mais ou menos como uma moeda de troca para a extensão indefinida do tratado.

M.S. - Embaixador, antes de a gente entrar no seu período na AIEA e na constelação de coalizões dentro da AIEA, eu queria voltar um pouco para a década de 1990, quando o senhor começa a trabalhar na comissão de temas militares e de segurança com os Estados Unidos, se eu não me engano em 1997. O que são esses encontros?

A.G. - Olha, esses encontros... Como eu lhe disse há pouco, o Brasil conversa sobre esses temas de segurança com os atores relevantes. Nós temos reuniões bilaterais com países da União Europeia, com a própria União Europeia em Bruxelas, com a comissão e o conselho, com os Estados Unidos, enfim, com vários atores relevantes. Com a China, com a Rússia. Isto porque os países que querem ouvir o que nós pensamos. E a recíproca é verdadeira. São conversas que abrangem uma série de temas: temas nucleares, temas de armamento convencional, enfim, sistema inter-americano. São trocas de opiniões. Não há decisões. Nem sequer há atas.

M.S. - Não tem atas?

A.G. - Não, não há atas. Quer dizer, cada um faz a sua, toma as suas notas e assim fica. É mais uma conversa.

M.S. - Para sentir a temperatura...

A.G. - Um esforço de transparência das duas partes: "Por que é que vocês estão fazendo isso? Qual é a sua visão desse problema?" É esse tipo de conversa. Não é uma coisa absolutamente... É um mecanismo informal, digamos assim, de troca de impressões. Não é mais do que isso.

L.N. - Em 2003 teve um desses encontros em Washington, que foi o ano em que começou a guerra do Iraque. Foi antes ou depois do início da invasão?

A.G. - Não sei.

L.N. - Não lembra?

A.G. - Não lembro.

L.N. - Do que é que se falava? Recorda?

A.G. - Olha, a minha lembrança... A questão do Iraque não foi proeminente na pauta. Não foi. Não foi.

M.S. - Não é o fórum, não é?

A.G. - Não é o fórum e, enfim... Mas houve discussões sobre a agenda internacional desse tipo de assunto. Eu não me lembro com pormenor, enfim, de quais foram os temas tratados. Mas, eu me lembro que participaram pessoas do Pentágono, tanto militares como civis, gente do Departamento do Estado...

M.S. - Embaixador, esse departamento de temas especiais, que o senhor chefiava em 1998 lida predominantemente com temas ambientais. Não é isso?

A.G. - Também. É.

M.S. - Quais são os outros, além dos temas ambientais?

A.G. - Espaço exterior, Antártica, assuntos marítimos e os temas ambientais. É basicamente isso.

M.S. - Uma pauta fenomenal.

A.G. - É, uma pauta muito interessante. O problema é o seguinte: nos anos de 1980 criou-se uma divisão no Ministério: "Mar, Antártica e Espaço". E na ocasião eu fui um dos chefes dessa divisão nos anos de 1980, de 1987 a 1990, antes de eu ir para Paris e a ideia na época era você ter uma divisão que tratasse de espaços onde a soberania do país não é exercida da forma tradicional. Então, criou-se essa divisão e depois criou-se o departamento juntando a área de meio-ambiente, que foi se tornando, no fim dos anos de 1980, cada vez mais importante e que levou, inclusive, à conferência de 1992 aqui no Rio de Janeiro. Então, criou-se esse

departamento com a área ambiental, que hoje eu acho que já está subdividida e essa área que trata de espaço, Antártica e assuntos marinhos, direito do mar, inclusive.

M.S. - Então, eu acho que a gente pode avançar para o seu período à frente da divisão de organismos internacionais. Como foi feito o convite para ir para lá e qual foi a circunstância?

A.G. - Eu chefiava o departamento de temas especiais e, enfim, a minha carreira quase toda foi feita na área multilateral. Aí vagou o departamento, eu estava em Brasília - então não haveria problema de me remover do exterior - e me convidaram para chefiar o departamento de organismos internacionais que trata de muitos assuntos das Nações Unidas, inclusive a reforma das Nações Unidas na época, inclusive a reforma do Conselho de Segurança. Uma das divisões desse departamento é a divisão de desarmamento e tecnologias sensíveis que eu tinha chefiado antes de ir para o departamento de temas especiais. Isso me deu, digamos, mais exposição a esses temas nucleares.

M.S. - Embaixador, eu queria aproveitar a oportunidade. Agora que boa parte das fontes primárias sobre esse período, do começo da década de 2000 está vindo à tona, uma das interpretações, muito preliminares ainda - eu queria aproveitar a ocasião para testar isso com o senhor - é a de que, sem dúvida, o Brasil mantém a sua campanha, que é quase permanente, pela reforma do conselho e por uma cadeira no conselho. Entretanto, olhando agora para trás e seguindo a narrativa dos anos... Do Presidente Fernando Henrique, a impressão que me dá, pelo menos, é a de que, para o Presidente Fernando Henrique, isso está muito longe de ser uma prioridade, embora continue sendo uma política, uma política de Estado. E a mesma coisa vale para o ministro Lampreia. Tanto um, quanto o outro tinham tido, me parece, experiências não muito positivas no contexto das Nações Unidas. Então, as Nações Unidas tinham um lugar relativamente tangencial dentro do grande horizonte, o que muda certamente em 2003. E o senhor está nessa posição, antes e depois. Eu queria lhe ouvir sobre isso.

A.G. - Eu acho que esse assunto deve ser olhado a partir de uma perspectiva que, muitas vezes, é negligenciada. Quer dizer, nos anos de 1990, com o fim da Guerra Fria, pipocaram conflitos que, durante a Guerra Fria, estavam adormecidos. E a comunidade internacional viu-se na contingência de criar as chamadas operações de paz com mandatos diferentes dos mandatos que existiam nas operações de paz tradicionais. Houve um pouco essa ideia de que as forças de paz das Nações Unidas poderiam ser uma panaceia para uma série de conflitos, situações antagônicas, situações de rebelião interna, inclusive, que estavam surgindo e que estavam, mais ou menos, submersas no clima bipolar. Isso levou às Nações Unidas a criar um orçamento

diferente para as operações de paz, que cresceu exponencialmente em pouquíssimo tempo. E esse orçamento, que hoje em dia é três vezes maior do que o orçamento regular, para esse orçamento todos os países contribuem. Porém, os membros permanentes do Conselho de Segurança contribuem relativamente mais do que os outros. E o Presidente Clinton, o governo americano quis repartir esses custos com outros grandes contribuintes, que eram o Japão e a Alemanha, segundo e terceiro maiores contribuintes, respectivamente, para diminuir a sua própria conta. Aí vários países disseram: "Não, espera aí. Só países desenvolvidos não." E foi aí que ganhou força... Eu não estou dizendo que se tenha iniciado a ideia de o Brasil ser membro permanente, mas ganhou força. A Índia e o Brasil, nós nos juntamos ao Japão e à Alemanha e o Japão e a Alemanha deram-se conta de que sem países em desenvolvimento, eles não chegariam lá. Então, é dentro dessa perspectiva que o assunto deve ser visto. Enfim, não é novidade. Vocês sabem que em 1926, no governo Artur Bernardes, o Brasil quis ser membro do conselho da Liga e, enfim, *deu com os burros n'água*, porque no ano anterior tinha sido assinado o Acordo de Rapallo e uma das cláusulas era que a Alemanha fosse admitida no lugar dos Estados Unidos, cujo senado não aprovou as ideias do Wilson.

?? - Deixa eu aproveitar para fazer uma pausa para trocar a fita.

M.S. - Está ótimo.

[FINAL DO ARQUIVO DIGITAL 1]

A.G. - ... essa ordem, que foi criada em 1945, tem que se adaptar aos dias de hoje. Isso é inevitável. Disso eu não tenho a menor dúvida.

M.S. - Nem dúvida de que o próprio conselho aceitaria?

A.G. - Não, eu não tenho... Eu acho que nós temos que levar em consideração não só a situação desses países, mas também a situação, por exemplo, da União Europeia. Na minha opinião, um dos fatores que contribuem para que países como a França e a Alemanha queiram a reforma da composição do Conselho de Segurança é o fato de que, se a Alemanha não for membro permanente do conselho, a pressão interna na Alemanha para que haja um único assento permanente para a União Europeia vai ser praticamente irresistível. Isso é coisa que os britânicos e os franceses, enfim, querem se possível evitar.

M.S. - Claro. Bom, eu acho que a gente pode avançar para o período AIEA. O que vocês acham?

L.N. - Beleza.

M.S. - Vamos conversar, então, sobre a AIEA e a sua chegada. O senhor chega à AIEA em um momento crítico para a organização, no contexto da doutrina Bush, no contexto da guerra ao Iraque. Como é o clima na chegada?

A.G. - Polarizado, um clima que opõe os países desenvolvidos, países significativos e os países em desenvolvimento. Várias questões importantes e sensíveis na ordem do dia. O Irã talvez seja a mais visível delas, mas não é necessariamente a única. E a organização, eu chego lá em um momento em que, pouco tempo antes, ela ganhou uma visibilidade muito grande e uma estatura, que certamente não tinha, com a concessão do Prêmio Nobel à agência e ao seu diretor-geral na época, Mohamed El Baradei.

M.S. - Essa polarização, embaixador, era em termos Norte-Sul, tradicionais, ou era uma polarização também horizontal, entre as principais potências?

A.G. - Era muito Norte-Sul, sim, em termos tradicionais sim. E aí, talvez seja importante explicar o que é que é a Agência Internacional de Energia Atômica, o que é que ela é, qual foi o objetivo que motivou a sua criação no final dos anos de 1950. A ideia da agência atômica é você difundir os benefícios da energia nuclear, é você promover essa difusão para a paz, o bem-estar e a prosperidade de todos os povos. O veículo principal pelo qual a agência faz isso é o que se chama de cooperação técnica, que, no fundo, é o veículo do qual a grande maioria dos países, que são membros da agência, se beneficia. E é a parte mais importante para a maioria dos países que são membros da agência atômica é você conseguir treinar pessoal que saiba lidar com equipamento hospitalar, que usa uma fonte para diagnóstico e tratamento de câncer, por exemplo; que você saiba treinar gente para usar um equipamento para irradiar frutas, de modo a aumentar a sua durabilidade. Esse tipo de atividade é a atividade principal da agência para a grande maioria dos países. Ocorre que o orçamento da agência para esse tipo de atividade não é um orçamento compulsório, é um orçamento voluntário. E os principais contribuintes é que, no fundo, acabam determinado qual é o montante desse fundo de cooperação técnica. Hoje em dia são 85 milhões de dólares.

M.S. - Somente?

A.G. - Somente.

M.S. - Quem são os principais contribuintes da agência? São as cinco potências nucleares?

A.G. - Não, não, não, não. É a escala de contribuições da ONU, na mesma ordem: Estados Unidos, Japão, Alemanha...

L.N. - Inglaterra.

A.G. - Inglaterra, França. Eu não sei qual está na frente.

T.C. - China.

A.G. - Não, a China não. A China tem uma renda per capita muito baixa. Então, a China não está entre os principais doadores. Canadá, Itália... Enfim, é a escala de contribuição da ONU que se aplica à agência atômica. Então, na prática existe uma negociação, que é uma negociação muito difícil, para estabelecer um montante. Quer dizer, em quanto vai aumentar esse montante para a cooperação técnica. Isso é uma negociação muito difícil e os países em desenvolvimento se colocam quase na situação de pedintes. Agora, e os países que são os principais contribuintes, evidentemente - o que eu entendo - querem ter uma ingerência na forma como esse dinheiro é gasto. Eles gostariam, enfim, de controlar esses gastos e de saber... E os países recipiendários dizem que eles é que têm que desenvolver as suas próprias prioridades e os programas de cooperação técnica têm que ser pedidos por eles e a forma de implementá-los eles é que têm que... Já que eles são os países que se beneficiam, eles é que têm que decidir qual é a forma de administrar os projetos. Enfim, tanto a definição do projeto, a forma de implementação do projeto e a aferição dos resultados do projeto. Evidentemente que os países doadores querem ter uma... Agora, o que eu digo para os principais doadores, é o seguinte: "Vocês têm que abandonar, fazer um esforço para abandonar essa mentalidade que vocês aplicam nas agências de desenvolvimento, em que vocês dão o dinheiro e vocês controlam como o dinheiro é desembolsado. Aqui é diferente. Aqui você tem uma barganha. É claro que todos nós queremos a maior eficiência possível na execução dos projetos. Agora, não vai ser o doador que vai dizer qual é a prioridade do país, enfim, recipiendário." É uma barganha muito grande, porque para a grande maioria dos países o fato de você ter cinco, seis, dez, ou 15 países com armas nucleares é absolutamente irrelevante. Essa é que é a verdade. Para a grande maioria dos países. Sem querer desmerecer ninguém, mas, enfim, pergunte um... Vá, digamos, a uma capital do Caribe e pergunte...

M.S. - Mesmo uma capital sul-americana.

A.G. - Pois é. É absolutamente irrelevante. Então, esse é um preço módico que vocês pagam para ter uma garantia, se não absoluta, quase absoluta de que você não terá um número maior de países com armas nucleares. É desse ponto de vista que eu vejo essa polarização. Quer dizer, os principais atores do cenário internacional acham que a função principal da agência é a fiscalização de programas nucleares, com vistas a evitar a proliferação de armas nucleares. Para

eles isso é o essencial. E essa função primordial da agência, de difusão dos benefícios da energia nuclear, para eles, isso é, como se fosse, assim, uma gorjeta...

M.S. - Sim, a ordem de grandeza de 85 milhões de dólares é uma gorjeta.

A.G. - É uma gorjeta. Então, é o que eu digo: "Não queiram interferir." É claro que os objetivos de eficiência, de eficácia dos projetos são compartilhados por todos. Agora, não venha dizer a um país x, y ou z que ele não sabe escolher as suas prioridades.

M.S. - Agora, embaixador, os grandes países em desenvolvimento que têm algum tipo de tecnologia nuclear têm uma prática diferente? O Brasil, por exemplo, no contexto da AIEA, presta cooperação técnica internacional na área nuclear e o faz de uma maneira fundamentalmente diferente do que o faz a Holanda, ou os Estados Unidos?

A.G. - O Brasil é ao mesmo tempo doador e recipiendário.

M.S. - É recipiendário também?

A.G. - Quer dizer, no sentido de que a agência gasta com o Brasil no programa de cooperação técnica 800 mil dólares, por aí. E isso é mais ou menos o que o Brasil contribui. Então, a nossa contribuição para o fundo de cooperação técnica está por aí, 750, 800 mil *pounds*. Agora, o que nós recebemos da agência, por exemplo, é diárias e passagens para mandar técnicos para participar de um seminário... Esse tipo de atividade. Enfim, diárias e passagens, você ir sob patrocínio da agência, você é sempre aceito para participar de um curso aqui ou acolá. Esse tipo de atividade. Do ponto de vista de transferência... Isso não. Isso nós não recebemos.

M.S. - E o Brasil não tem um programa de cooperação técnica internacional, para países pobres, que não seja baseado em noções *top-down*, de imposição, quase que neo-colonial?

A.G. - Olha, a nossa tradição é diferente. Nós temos uma capacidade, que é reconhecida, aliás, de transformar tecnologias e adaptá-las a realidades diferentes da realidade dos lugares onde as tecnologias foram desenvolvidas.

M.S. - Qual seria um bom exemplo?

A.G. - Não só na área nuclear, mas em outras. Aqui, por exemplo, nós damos cursos aqui no Rio de Janeiro - lá no Recreio dos Bandeirantes, no Instituto de Radioproteção e Dosimetria, o IRD - para gente da África, da América Latina, na área de calibração de instrumentos, por exemplo. É importante essa questão toda de metrologia. Sem isso você não usa equipamento de forma eficiente. Você precisa saber medir a dose que você vai dar a um paciente, enfim, qual é a dose perfeita.

M.S. - Isso é reconhecido pelos países...

A.G. - Ah, sem dúvida.

M.S. - ... dentro da AIEA?

A.G. - É, claro.

M.S. - Seus colegas, embaixadores africanos reconhecem que o Brasil...?

A.G. - Alguns deles sim. Quer dizer, muitos deles lá em Viena nem sabem disso. Mas, nós temos cursos aqui nessa área para muita gente. Agora, o que eu queria dizer dessa polarização é que, quando a agência foi criada nos anos de 1950, o TNP não existia. E foi o TNP que deu à Agência Internacional de Energia Atômica o mandato de verificar o cumprimento pelos países não nuclearmente armados de seus compromissos. Então, foi a partir do TNP que foi criado o modelo do acordo de salvaguardas abrangentes, porque, antes, as salvaguardas aplicadas pela Agência Atômica eram salvaguardas que nós tínhamos - no caso de Angra I e Angra II... Eram salvaguardas aplicadas no caso de transferências. Então, por exemplo, em Angra I nós tínhamos um acordo com os Estados Unidos e a Agência Atômica, que é dos anos de 1960. Angra II era com a Alemanha e a Agência Atômica. Eu costumo dizer que esses acordos são acordos para dar aos países que transferem algo, digamos assim, uma consciência limpa.

M.S. - Exatamente.

A.G. - Só isso. Porque, em matéria de não-proliferação servem apenas para aquele equipamento e aquela instalação e mais nada. Quer dizer, nós tínhamos atividades aqui, desenvolvimento da tecnologia de centrífugas, etc., enriquecimento. Vinham os inspetores da agência e ficavam em Angra I e Angra II. E ponto. E esse era o esquema de salvaguardas que era aplicado. Inclusive, é fato notório, está na literatura, que foi um reator canadense transferido para a Índia, o Cirus, a partir do qual os indianos fizeram a sua primeira explosão, o *smiling Buddha*.. Mas, era esse o tipo de salvaguarda. A partir do TNP, nos países que foram tendo as salvaguardas abrangentes, o outro tipo de salvaguarda que se aplicava apenas a instalações específicas foi sendo, digamos assim, submerso dentro das salvaguardas abrangentes. Então, hoje em dia, os acordos trilaterais - com a Agência e os Estados Unidos e com a Agência e a Alemanha -, que nós tínhamos, eles estão dormentes.

M.S. - É claro, porque agora as salvaguardas abrangentes englobam todo o processo.

A.G. - Englobam.

M.S. - Então, a Agência ganhou enorme poder?

A.G. - Exatamente. Ela ganhou uma função de fiscalização, a partir do TNP, enorme, muito grande. E, no fundo, essa função de fiscalização é a prioridade. Digamos assim, que os principais atores do cenário internacional, a prioridade que eles atribuem, dentro dos trabalhos da Agência... Ela tem o pilar da fiscalização e o pilar dos usos pacíficos, de promover os usos pacíficos. Isso inclui a parte de geração de eletricidade. Aí, o que a Agência faz é trabalho mais de promover encontros para, enfim, digamos assim, trocas de experiências quanto aos trabalhos de desenvolvimento de novos tipos de reatores, que sejam mais seguros, mais eficientes - reatores tanto para geração de eletricidade, quanto para reatores pesquisa, que produzem radioisótopos.

M.S. - O senhor sabe qual é o orçamento hoje em dia, mais ou menos, a ordem de grandeza do orçamento para questões de fiscalização da Agência?

A.G. - Lá por volta de... Espera aí. 120 milhões. Agora, isso é o orçamento regular orçamentário, o que não impede, digamos assim, contribuições extra-orçamentárias.

M.S. - Claro. Que tem bastante para...

A.G. - Tem. Tem.

M.S. - Situações específicas.

A.G. - Tem. Tem.

M.S. - Como o caso do Irã?

A.G. - Não, o caso do Irã, eu não diria. Mas, por exemplo, em certo momento houve muitas contribuições japonesas para a Coreia do Norte, por exemplo. Isso houve. Muito.

T.C. - No caso do Césio houve também? Eu sei que o senhor ainda não estava na Agência, mas o senhor tinha lidado com essas questões. Foi uma dessas ocasiões extraordinárias?

A.G. - Não sei. Eu sei que o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Rex Nazaré, foi imediatamente à Agência dar conta do que nós estávamos fazendo aqui. Foi, enfim... Mas não me consta. Eu posso estar enganado e talvez fosse bom checar com gente que trabalhou na época, na Comissão. Inclusive o diretor de radioproteção e segurança da CNEN trabalhou muito na área de remediação de Goiânia, Dr. Laércio Vinhas. Talvez ele poderá dar o depoimento dele, se vocês estiverem interessados. Mas, isso foi em 1987. No fundo, foi o incidente mais grave que já houve com fontes radioativas. Não estamos falando de reatores. Aí é Chernobyl. Mas, com fontes radioativas, foi o primeiro e mais grave até hoje. Mas, enfim, voltando ao assunto da fiscalização, quer dizer, da não-proliferação, ou das salvaguardas, existe essa percepção de muitos países em desenvolvimento de que os principais países só estão

interessados nessa função da Agência e não na função, digamos, da cooperação que, do ponto de vista do estatuto, é a principal. Você pode dizer: "Bom, do ponto de vista da paz e da segurança, evidentemente..." Enfim, para muitos países, o fato de você ter um número x, ou x mais y com armas nucleares faz diferença.

T.C. - E como é percebida a sua ida, em 2006, para a Agência? Só um ano depois que o ex-almirante Othon assume a presidência da Eletronuclear. Pela sua experiência na Agência, como essa retomada do programa nuclear brasileiro, ela é vista pelos outros países, ou pelos funcionários da Agência?

A.G. - Olha, muito bem. Muito bem, porque, enfim, para a Agência, para o secretariado, quanto mais atividade nuclear houver no mundo, mais importância ela terá. E o fato é o seguinte: a retomada do programa nuclear não é uma coisa exclusiva do Brasil. Isso está acontecendo em vários outros lugares. Por uma série de motivos. Um dos motivos é a questão que é uma fonte de energia que não emite dióxido de carbono. Esse tema tem ganho uma importância muito grande com as mudanças climáticas. O crescimento da economia mundial como um todo, o desenvolvimento de reatores cada vez mais seguros e o fechamento de reatores do tipo de Chernobyl. A verdade é que Chernobyl teve um efeito em matéria de redução do ritmo das atividades nucleares extraordinário. Extraordinário. Quer dizer, referendos em vários países, enfim, contrários à energia nuclear. Enfim, decisões políticas contrárias à geração de eletricidade a partir de reatores nucleares. Agora já há uma percepção de que, enfim, a energia nuclear não deve ser, digamos, mais anátema em muitos lugares.

T.C. - Então, o fato de o Othon Pinheiro, sendo presidente da Eletronuclear, depois do acontecimento em Resende, de ele ter colocado os biombos, por causa das inspeções, isso não afeta de nenhuma maneira...? A figura dele é percebida...?

A.G. - Não, espera aí. Vamos botar a coisa no seu contexto. Os biombos em Resende foram lá colocados não com vistas a impedir que a Agência fizesse a medição para garantir que não há desvio entre o material que entra e o material que sai. Existe a percepção, desde o início, antes da entrada em vigor do Acordo Quadripartite, quando houve discussões com a Agência sobre como aplicar salvaguardas no *hall* das cascatas das instalações de enriquecimento, que no Brasil são três - duas em Aramar e a de Resende -, sempre houve isso: "O acesso visual das cascatas, não. Há outros meios de vocês chegarem às conclusões a que vocês devem chegar, sem vocês terem um acesso visual às cascatas." Antes da inauguração de Resende, antes de Resende começar a enriquecer urânio, houve uma discussão sobre um enfoque do direito a

salvaguardas, que estava muito bem encaminhada e que era o enfoque de salvaguardas mais ou menos semelhante ao das instalações de Aramar, da Marinha, que não previam acesso visual. Em certo momento, a Agência, o secretariado da Agência voltou atrás e eu soube na ocasião, porque eles disseram: "A gente não pode mais aceitar o que tinha aceito, porque o Irã está dizendo para nós: 'Se o Brasil pode, por que nós não podemos?'" Aí, houve uma discussão, continuaram... O negócio saiu na imprensa: "Não, o Brasil não aceita inspetores." Isso nunca se colocou. E hoje em dia existe um procedimento... Essas coisas são absolutamente prosaicas, a aplicação de salvaguardas na prática. O sujeito pode dar três passos em uma direção, não pode dar em outra. Enfim, esse tipo de coisa. Hoje em dia existe um procedimento que permite à Agência ver não a centrífuga, mas ver o espaço entre as centrífugas, para verificar que não há - em linguagem... - um gato.

M.S. - Claro, claro. Embaixador, vamos falar um pouco da relação do Brasil com o Irã no contexto da Agência, mais especificamente da sua experiência pessoal. Nesse período em que o senhor, embaixador, está na AIEA o Irã é um dos temas no topo da agenda internacional, receptor de enormes pressões de todos os lados. Como é essa relação do Brasil com o Irã?

A.G. - Olha, muito boa. Eu tenho excelentes relações com o embaixador Soltanieh, do Irã, que é uma pessoa que conhece a Agência a fundo. Não é a primeira vez que ele serve lá. É um físico nuclear de formação, tornado diplomata. A relação é muito boa e nós sempre dissemos: "Não, vocês têm que, enfim, cooperar o máximo que vocês puderem com a Agência, com o máximo de transparência possível, para garantir a credibilidade quanto aos usos exclusivamente pacíficos do programa nuclear iraniano." Eu sempre digo isso a ele. Nos discursos que eu faço na junta de governadores eu sempre digo isso, que nós reconhecemos o direito do Irã de ter um programa nuclear amplo, que envolva todos os estágios do ciclo do combustível e pedimos ao Irã que continue cooperando e que torne mais profunda a cooperação com a Agência Atômica. Agora, o problema aí, com o Irã, é que criou-se uma falta de confiança muito grande. Uma falta de confiança que deriva do fato de que, em um certo momento, o Irã estava desenvolvendo um programa que deveria ter sido informado à Agência. E não foi.

M.S. - Que nem o Brasil na década no fim da 1970.

A.G. - Sim. Só que o Brasil não tinha obrigação nenhuma. O Irã tinha. Essa é a diferença. O Irã é parte do TNP e o fato é o seguinte: é que você, uma instalação que deva... Uma das coisas, além do protocolo adicional, uma das coisas que originou-se na primeira Guerra do Golfo foi que nesses acordos de salvaguardas abrangentes você, antigamente, era obrigado a informar à

Agência de uma instalação salvaguardável seis meses antes da introdução do material nuclear na instalação. Depois da Guerra do Golfo, da primeira Guerra do Golfo, houve uma decisão de que a Agência deveria ser informada a partir do momento em que a decisão de construir a instalação fosse tomada. É claro que esse momento da decisão é, enfim, o quê? Uma semana, um mês? Mas, certamente é antes dos seis meses, é antes da construção. E o fato é que o Irã estava construindo uma instalação de enriquecimento em Natanz, estava quase pronta e não tinha informado a Agência. Eles tinham se comprometido com essa nova cláusula dos acordos de salvaguardas e voltaram atrás. E você voltar atrás unilateralmente é que, legalmente, fica difícil de justificar.

M.S. - Sem dúvida. O governo brasileiro, hoje, trabalha com a possibilidade de a gente conviver com um Irã nuclear nos próximos dez anos?

A.G. - Aí, vamos dizer o seguinte: os acordos de salvaguardas abrangentes e o TNP, eles não limitam o desenvolvimento tecnológico. Não limitam. Tanto de enriquecimento de urânio, por exemplo, ou de reprocessamento para a separação de plutônio. Eles não limitam. Isso qualquer país tem direito de fazer. O TNP tampouco entra nas questões das motivações. Uma das questões que dizem do Irã é a seguinte: "Eles não têm necessidade de urânio enriquecido. Portanto, só podem estar atrás da arma nuclear." A gente é que alega isso.

M.S. - O TNP não prevê isso.

A.G. - Não. Isso, enfim... Motivação, justificativa... E eles dizem: "Querem saber para quê? É o nosso direito." Tudo bem. Eles pisaram na bola, deixaram de informar a Agência. O Brasil não tem o menor problema que o Irã enriqueça urânio. Evidentemente que há uma determinação do Conselho de Segurança para que eles suspendam. Está certo? Mas, ao contrário do que muita gente diz, o Conselho de Segurança jamais disse que o Irã jamais pode enriquecer. Ele disse: "Suspenda." E nem diz por quanto tempo.

M.S. - O Brasil a princípio não adere a essa recomendação, a essa resolução do conselho?

A.G. - Essa resolução do Conselho de Segurança é uma resolução mandatária, para todos os Estados-membros das Nações Unidas. Agora, ao contrário do que muita gente pensa, ele não diz que o Irã não pode enriquecer. Ele diz que o Irã tem que suspender. E ele já suspendeu, em certo momento. Só que não adiantou, porque tem países que queriam que eles assumissem um compromisso que *jamais* enriqueceriam urânio. Aí eles pararam a suspensão, que durou dois anos.

M.S. - Claro.

A.G. - Agora, sobre a sua pergunta, o Brasil sempre foi, defendeu e advogou a tese de que os compromissos devem ser cumpridos, é o *pacta sunt servanda*. Não se coloca para nós a possibilidade de o Irã, digamos, desenvolver a arma nuclear. Isso é absolutamente inaceitável. O Irã nuclear, o que é o Irã nuclear? É a capacidade de enriquecer urânio, ou é um país que tenha testado um artefato nuclear? Quer dizer, nós defendemos que o Irã tem direito a um programa nuclear para fins pacíficos.

M.S. - Na negociação dentro da AIEA, na questão do caso do Irã, os atores principais são os Estados Unidos, a Rússia e a União Européia. Eu estou correto?

A.G. - Sim, você está correto. Quer dizer, as negociações, até agora, têm sido feitas pelo chamado P5 + 1, os membros permanentes do Conselho de Segurança e mais a Alemanha. Os três europeus e mais China, Rússia e os Estados Unidos. São esses países que estavam representados na reunião de Genebra e são esses países que, enfim, conversam entre eles quando há a necessidade de adoção de sanções, etc.

M.S. - Qual foi o impacto da visita do Presidente Ahmadinejad ao Brasil agora em 2009, na sua relação com os embaixadores do P5 + 1?

A.G. - Olha, acharam que poderia ser uma coisa positiva. Isso eu devo dizer, que poderia ser uma coisa positiva. Porque, o que acontece é que essa falta de confiança a que eu me referia, ela é real e dura muito tempo. E, na nossa avaliação... E eu acho que era importante para esses P5 + 1 que os iranianos ouvissem de um país, em relação ao qual eles não têm a menor desconfiança, que é o Brasil, o que é que a gente acha. Então, desse ponto de vista, o diálogo do Brasil com o Irã é uma coisa que é até estimulada. Eu não estou falando especificamente do nível do diálogo. Isso é outra coisa. Mas, eles estimulam, porque eles sabem que o Irã não desconfia de nós. Não desconfia. E a gente se apropria disso para outras coisas. Quando colocou-se essa questão, do acordo para o suprimento do combustível para o reator de pesquisa do Irã, eu disse para o embaixador lá, com todas as letras: "A melhor coisa que vocês podem fazer é aceitar esse acordo mediado pelo El Baradei. É a melhor coisa que vocês podem fazer. Isso dará tempo para vocês conversarem com os americanos. Vocês têm que entender que o Presidente Obama está assumindo um risco altíssimo."

M.S. - Ao oferecer isto?

A.G. - Ao oferecer. "Vocês aproveitem, porque a janela de oportunidade vai fechar. Vai fechar. E aí, quando será aberta novamente, ninguém sabe." Agora, evidentemente que, aí, eram questões internas iranianas, de política interna, enfim, que eu não posso avaliar.

M.S. - Tem diálogo entre o embaixador americano e o embaixador iraniano na AIEA?

A.G. - Não. Não, não tem relações diplomáticas.

M.S. - Mas nem diálogo entre eles dois, entre as duas figuras?

A.G. - Que eu saiba, não. Que eu saiba, não. Que eu saiba, não.

M.S. - Bom, outro conjunto de perguntas - eu não sei se vocês têm mais - que eu queria fazer, para a gente começar a encerrar essa entrevista, tem a ver com a estratégia de defesa nacional e a maneira que ela impacta nas relações internacionais do Brasil. Qual é o impacto para a política externa, especificamente?

A.G. - Olha, vamos falar apenas da área nuclear. Está bom?

M.S. - Isso.

A.G. - Tem um parágrafo na estratégia nacional de defesa que diz que o Brasil não aceitará, não assinará ou não aceitará, acréscimos ao TNP, sem que haja desarmamento. Quando eu li aqui a primeira vez, eu perguntei: "Acréscimos ao TNP? O que é isso?" Eles evidentemente estavam se referindo ao protocolo adicional. Mas, o protocolo adicional não é um acréscimo. Ele é um protocolo adicional ao acordo de salvaguardas. Mas, tudo bem. Então, eu interpreto esse parágrafo como, digamos assim, a forma de justificar uma posição brasileira quanto ao protocolo adicional. É aquilo que eu estava dizendo: quando nós tivermos um horizonte, um processo em que se chegue, não digo a zero, mas a perto de zero, ou com uma perspectiva de zero armas nucleares, aí, o protocolo adicional - talvez até reforçado, como eu disse - faça sentido para todos. Eu gostaria de mencionar um outro assunto que eu acho relevante. Eu disse agora há pouco que o TNP e os acordos de salvaguardas não impõem qualquer tipo de restrição ao setor de desenvolvimento tecnológico. Agora, o fato é que, embora publicamente a gente não admita isso, há tecnologias que são, sim, mais perigosas do que outras. Uma delas é o enriquecimento. Se você é capaz de enriquecer a 4,5% para utilizar em um reator, você, com algumas reconfigurações, pode chegar a 90% na sua instalação. [Uma grande] insegurança...

M.S. - Na mesma instalação?

A.G. - É, você teria que reconfigurá-la um pouco. Mas, a tecnologia é a mesma. É só ficar gerando mais tempo o urânio dentro da cascata. Você consegue níveis do isótopo físsil mais altos. Então, existe um movimento já, que vem de alguns anos, por parte das potências, principalmente das que estão no mercado internacional de suprimento de urânio, que são basicamente os Estados Unidos, os três da Urenco, Rússia e França - seis -, de tentar limitar, digamos assim, o desenvolvimento dessa tecnologia. E chegaram a apresentar uma proposta

antes de eu ir para Viena, dizendo: "Bom, quem já tem, pode ter. Quem não tem, não pode mais ter." Evidentemente que isso causa um furor absoluto. Quer dizer, você no fundo está criando um TNP [*bicho*] não só para armas, mas também para tecnologia. Isso aumentou, digamos assim, esse sentimento, essa percepção da polarização. E, daí terem surgido ideias de multilateralização do ciclo do combustível, que também não vai para frente, porque: por que é que você só vai ter um controle multilateral sobre as novas instalações e não sobre todas? Quer dizer, esse é um tema que está sempre presente na Agência, a criação de um banco de urânio levemente enriquecido, que tiraria dos países, digamos assim, a necessidade deles próprios desenvolverem a tecnologia de enriquecimento. Essas ideias estão sobre a mesa e são ideias a que eu resisto, porque não são ideias factíveis. São mais factóides do que outra coisa. Quer dizer, você criar um banco de urânio levemente enriquecido... Se você não tiver a fábrica que transforme esse urânio levemente enriquecido em combustível para o seu reator - aí muda de reator para reator. Aí você tem propriedade intelectual envolvida. Quer dizer, urânio enriquecido é igual, independentemente de quem produza. Você pode usar para fazer qualquer tipo de combustível. Agora, o combustível para o reator, esse... Quer dizer, o Brasil tem uma linha de montagem para o reator originário das usinas, de Angra I e de Angra II. Agora, até tem países que têm reatores e não têm a fábrica do combustível propriamente. E aí, para que é que serve o urânio enriquecido? Para nada. E questões desse gênero é que eu acho que... Mas, esse tipo de assunto, de questão, querer expandir de alguma forma o alcance do TNP para incluir também tecnologias que têm uma utilização pacífica, como geração de eletricidade, isso está sendo discutido e eu tenho impressão de que vai ser um dos temas talvez mais polêmicos da conferência de revisão de maio.

M.S. - De agora. E nessa conferência qual é a coalizão que começa a se configurar? Com quem é que o Brasil está?

A.G. - Olha, o Brasil faz parte de um grupo que se chama Coalizão da Nova Agenda, que teve um papel muito importante na conferência de revisão de 2000, quando a delegação foi chefiada pelo nosso embaixador Celso Amorim. E é um grupo de países que não é óbvio. Ele inclui o Brasil, o México, o Egito, a Irlanda, a Nova Zelândia... Enfim, tem mais um. De cabeça eu não... Daqui a pouco virá. E esse grupo tem apresentado propostas de texto, enfim... E eu espero, pelo menos, que na conferência de maio nós possamos ter algum tipo de entendimento, coisa que não aconteceu em 2005. Nós temos uma nova atitude do governo americano e nós esperamos que o compromisso em relação ao desarmamento seja declarado de forma clara, de

forma inequívoca. Enfim, a posição dos Estados Unidos em relação ao tratado para a proibição completa de testes nucleares mudou. Eles agora estão esperando apenas ter a certeza de que terão o número de senadores necessários para ratificar o tratado. Mas, a posição do Executivo americano é absolutamente clara, favorável ao tratado. Na conferência de desarmamento em Genebra está-se discutindo o início de negociações sobre um tratado para a proibição de produção de material fissil para fins explosivos. Os americanos eram contrários a que esse futuro tratado tivesse qualquer mecanismo de verificação. Mudaram de posição com o governo Obama.

M.S. - Ou seja, o maior agrado da coalizão do Sul hoje em dia é o Presidente Obama?

A.G. - Sim. E, na minha visão, eu acho que os países devem aproveitar essa oportunidade, porque é uma janela que, se for fechada, dificilmente será aberta de novo. Eu acho que isso... Enfim, as pessoas falam muito do declínio dos Estados Unidos, mas vamos com calma. Na minha visão, é claro que cada país tem a sua condicionante interna, a sua condicionante regional.

M.S. - Os seus senadores.

A.G. - Todos os países têm isso, sejam eles democráticos, sejam eles menos democráticos. Mas, isso faz parte das circunstâncias de cada um de nós. Eu acho que o clima favorável existe. Agora, como dizem, [incompreensível].

L.N. - Então, a perspectiva brasileira é mais de buscar o desarmamento das potências nucleares, do que propriamente aderir ao protocolo adicional, fortalecer o sistema de fiscalização, salvaguardas?

A.G. - Olha, são coisas que vão, digamos assim, mais ou menos concomitantes. É o que eu estava dizendo: nós não podemos esperar que um país como o Brasil assuma compromissos adicionais aos que já assumiu e que diga: "Não, eu não tenho problema nenhum que cinco países tenham arma nuclear. Eu não tenho interesse na arma nuclear e, então, vocês podem ter." Isso seria altamente irresponsável para qualquer governo brasileiro, dizer uma coisa dessas. Então, na minha visão são processos... Quer dizer, ao mesmo tempo em que nós achamos da maior importância o fato de que não haja mais países com armas nucleares - para garantir que isso aconteça tem que ter um sistema de verificação crível, ou que dê uma confiança na comunidade internacional -, o discurso de que "eu posso, mas você não pode" não se sustenta por muito tempo. Está certo? Não é sustentável a longo prazo. Em 1968, quando foi aprovado o TNP, o TNP foi uma circunstância, tanto é que ele próprio dizia que 25 anos depois

haveria uma decisão quanto a se ele seria estendido por mais cinco anos, por mais dez, por mais 20, ou indefinidamente. As potências nucleares, em 1995, fizeram uma pressão enorme para países, para os quais isso não tinha a menor diferença, e aí conseguiram a maioria necessária para estender indefinidamente. Mas, enfim, o TNP, a desigualdade embutida no TNP, o desequilíbrio embutido no TNP, ele não se sustenta a longo prazo. Em algum momento ele vai ter que ser substituído por uma convenção para a proibição das armas nucleares. Em algum momento isso vai acontecer. Quando, eu não sei, porque é muito difícil um país que tem um privilégio abrir mão desse privilégio. Isso é evidente.

L.N. - O Irã talvez seja o maior desafio dentro do regime, agora, na conferência do ano que vem. Mas, e os países que estão fora do regime, como o Paquistão, a Índia?

A.G. - Israel.

L.N. - Isso é uma questão no ano que vem, na conferência? Ou não? Os Estados Unidos...

A.G. - Olha, todo ano, sempre os países pregam a universalização do tratado. Agora, a situação desses países depende de circunstâncias regionais. Quer dizer... Aí, o que acontece é que você não pode... Instrumentos que possam obrigar um Estado a aderir a um tratado não existem. Então, é uma situação com a qual, enfim, nós temos que conviver, embora os países que são membros do TNP sempre façam chamamentos e falem: "Abram mão de suas armas nucleares." Mas, isso só vai ocorrer quando certas situações regionais forem equacionadas. Isso, sem dúvida. No fundo, o embaixador da Índia me disse: "Nós só temos armas nucleares por causa da China." E o Paquistão só tem por causa da Índia. E Israel só tem, porque, enfim...

[risos]

A.G. - Há uma situação no mínimo confusa lá naquela região, não é?

M.S. - Embaixador, a questão nuclear...

A.G. - Embora eles não reconheçam que tenham.

M.S. - É sobre isso que eu queria falar. A questão nuclear figura nas conversas do Brasil com Israel. Vai haver uma visita de Estado, não é isso? Agora em 2010.

A.G. - Eu não sei. Eu não sei. Eu não tenho informação sobre isso.

M.S. - Israel tem embaixador na AIEA, não tem?

A.G. - Tem. Claro. Tem. Agora, nós sempre nos pronunciamos a favor de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. Isso é um tema da assembleia geral das Nações Unidas, é um tema que também é examinado na conferência geral que se realiza anualmente na AIEA. A diferença aí é que os países árabes, e principalmente o Egito, eles acham que, digamos assim,

a zona livre de armas nucleares no Oriente Médio deve preceder a paz e Israel acha que é o contrário, que a paz deve preceder a criação dessa zona.

M.S. - Claro.

A.G. - Aí, é essa discussão: o que é que vem antes, o ovo ou a galinha?

M.S. - Muito bem. Tem alguma pergunta? Bom, muitíssimo obrigado.

A.G. - Imagina. Eu é que agradeço a oportunidade.

M.S. - Foi um grande prazer.

[FINAL DO DEPOIMENTO]